

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás

ANEXO I - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0130031.00000028/2026-23

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico n..... bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade E legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Goiânia,..... de de 2026.

.....

Carimbo e assinatura da empresa

ANEXO II – MODELO DE TERMO DE VISTORIA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0130031.00000028/2026-23

TERMO DE VISTORIA

A empresa (RAZÃO SOCIAL), inscrita no CNPJ N.o:, com sede na Rua, ..., Bairro, na Cidade de, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) (nome do funcionário da empresa responsável pela visita), infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.o e do CPF/MF n.o, para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº..... efetuou vistoria na sede do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás, local da prestação dos serviços de Pintura Predial tomando conhecimento de todas as informações e condições, visando sua participação na Licitação.

Declaramos que estamos cientes que os horários de prestação de serviços e de transporte coletivo não são compatíveis.

Goiânia,..... de de 2026.

.....

Servidor Responsável (Carimbo)

ANEXO III – MODELO DE TERMO DE NÃO VISTORIA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0130031.00000028/2026-23

TERMO DE NÃO VISTORIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ no xx.xxx.xxx/xxxx-xx, estabelecida no endereço: xxxxxxxx, n. o xxxx, bairro: xxxxxx, CEP: xx.xxx-xxx, cidade de: xxxxx/xx, declara que se absteve de vistoriar as instalações do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás, onde serão executados os serviços, responsabilizando-se por todas as consequências deste ato.

Estando ciente, que não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas, financeiras e orçamentárias não previstas.

Goiânia,..... de de 2026.

.....

Servidor Responsável (Carimbo)



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DE GOIÁS - CRMV

ANEXO IV - BDI (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - DESONERADO)



ITEM	DISCRIMINAÇÃO		BDI GERAL (%)
1	Taxas Gerais: $TG = [1+(AC/100)] \times [1+(DF/100)] \times [1+(R/100)] \times [1+(L/100)]$	TG	1,123
1.1	TAXA DE RISCO	R	1,10%
1.2	TAXA DE GARANTIA E SEGUROS	S + G	0,80%
1.3	TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,80%
1.4	TAXA DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	3,00%
1.5	TAXA DE LUCRO	L	6,21%
2	Impostos : $I = (i^0+i^1+i^2+i^3)$	T	10,15%
2.1	COFINS	I1	3,00%
2.2	PIS	I2	0,65%
2.3	ISS	I3	2,00%
2.4	CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	I4	4,50%
	B.D.I. presumido = $\{ TG / (1 - (I / 100)) \} - 1 \} \times 100$		24,99%

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Em que:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;

R = taxa representativa de riscos;

S = taxa representativa de seguros;

G = taxa representativa de garantias;

DF = taxa representativa das despesas financeiras;

L = taxa representativa do lucro/remuneração; e

T = taxa representativa da incidência de tributos.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DE GOIÁS - CRMV
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO



OBRA : PINTURA DA FACHADA NA SEDE ADMINISTRATIVA DO CRMV-GO

REFERÊNCIA: SINAPI - Composicoes mês 3/2026 - desonerado

SINAPI - Insumos mês 3/2026 - desonerado

GOINFRA - Composições mês 12/2025 - desonerado

LOCAL : Av. Universitária, Nº 2169, Qd 113-A, Lt. 7-E, Setor Leste Universitário - CEP 74610-100 - Goiânia - Goiás

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇO(R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1							
SERVIÇOS INICIAIS							
1.1	Sinapi	98454	EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA	M2	9,00	234,23	2.108,07
1.2	Sinapi	103689	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	1,50	464,65	696,98
						SUBTOTAL ITEM 1	2.805,05
2							
DEMOLIÇÕES							
2.1	SINAPI	104791	REMOÇÃO DE PINTURA EXISTENTE - TEXTURA/GRAFIATO	m2	705,21	2,70	1.904,07
2.2	SINAPI	106122	BOTA-FORA MANUAL (INCLUSO CAÇAMBA)	m3	44,76	75,58	3.383,03
						SUBTOTAL ITEM 2	5.287,10
3							
SERVIÇOS DIVERSOS							
3.1	Sinapi	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME PARA FACHADA	mt	180,00	24,24	4.363,20
						SUBTOTAL ITEM 3	4.363,20
4							
PINTURA EM FACHADA							
4.1	GOINFRA	67082	TRATAMENTO E LIMPEZA DE CONCRETO APARENTE 2 DEMÃOS (COM PINTURA DE CIMENTO CP32/CIMENTO BRANCO/POLÍMEROS ACRÍLICOS/ÁGUA - TRAÇO: 1 POLÍM.:6,6667 CP32: 3,3333 CIBRANCO - EM VOLUME) - INCLUSA A LAVAGEM COM JATO D'ÁGUA	m2	697,25	11,19	7.802,23
4.2	Sinapi	95624	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM SUPERFÍCIES EXTERNAS COR CONCRETO - 2 DEMÃOS - (tinta linha premium)	M2	697,25	24,08	16.789,78
4.3	GOINFRA	67058	PINTURA A BASE DE SILANO SILOXANO PARA PROTEÇÃO DE SUPERFÍCIES	m2	697,25	7,84	5.466,44
4.4	Sinapi	88416	PINTURA TEXTURIZADA FACHADA - (tinta linha premium)	m2	235,63	23,52	5.542,02
4.5	Sinapi	95624	PINTURA ACRILICA EM GRAFFIATO FACHADA - (tinta linha premium)	m2	559,15	24,08	13.464,33
4.6	Sinapi	88411	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS - (tinta linha premium)	m2	794,78	5,26	4.180,54
						SUBTOTAL ITEM 4	53.245,34
5							
PROTEÇÃO DO PAISAGISMO E JANELAS							
5.1	Sinapi	97031	GUARDA-CORPO DE MADEIRA E FECHAMENTO EM TELA DE POLIPROPILENO	MT	50,91	84,57	4.305,38
5.2	Sinapi	42408	LONA PLÁSTICA FORTE COM 200 MICRA	M2	783,00	1,83	1.432,89
						SUBTOTAL ITEM 5	5.738,27
6							
SERVIÇOS COMPLEMENTARES							
6.1							
ADMINISTRAÇÃO							
6.1.1	Sinapi	90776	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS	H	240,00	38,68	9.283,20
6.2							
COMPLEMENTAÇÃO DE OBRA							
6.2.1	GOINFRA	270501	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	1.221,28	4,67	5.703,38
						SUBTOTAL ITEM 17	14.986,58
						SUBTOTAL:	86.425,54
						BDI (24,99%):	21.597,74
						TOTAL:	R\$108.023,28

Arnaldo Ribeiro de Souza Neto
Eng. Civil - CRMV-GO
Crea 1012665747/D-GO



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DE GOIÁS - CRMV
Planilha de Cronograma Financeiro em Mapa Estruturado



PINTURA DA FACHADA NA SEDE ADMINISTRATIVA DO CRMV-GO

REFERÊNCIA: SINAPI - Composicoes mês 3/2026 - desonerado

SINAPI - Insumos mês 3/2026 - desonerado

GOINFRA - Composições mês 12/2025 - desonerado

LOCAL: Av. Universitária, N° 2169, Qd 113-A, Lt. 7-E, Setor Leste Universitário - CEP 74610-100 - Goiânia - Goiás

CÓD	DESCRIÇÃO	PREÇO (R\$)	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	TOTAL
1	SERVIÇOS INICIAIS	2.805,05	2.805,05	-	-	
			100%			100%
2	DEMOLIÇÕES	5.287,10	4.229,68	1.057,42	-	
			80%	20%		100%
3	SERVIÇOS DIVERSOS	4.363,20	1.745,28	1.745,28	872,64	
			40%	40%	20%	100%
4	PINTURA EM FACHADA	53.245,34	15.973,60	21.298,14	15.973,60	
			30%	40%	30%	100%
5	PROTEÇÃO DO PAISAGISMO E JANELAS	5.738,27	2.295,31	2.295,31	1.147,65	
			40%	40%	20%	100%
6	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	14.986,58	5.994,63	4.495,97	4.495,97	
			40%	30%	30%	100%
	TOTAL SERVIÇO	86.425,54	33.043,55	30.892,12	22.489,87	
	PERCENTUAL (%)		38,23%	35,74%	26,02%	100%
	VALORES ACUMULADOS SERVIÇOS		33.043,55	30.892,12	22.489,87	
	PERCENTUAL ACUMULADO (%)		38,23%	35,74%	26,02%	
	ACUMULADO COM BDI		41.301,14	38.612,06	28.110,09	
	PERCENTUAL COM BDI ACUMULADO (%)		38,23%	35,74%	26,02%	
	TOTAL SERVIÇO		R\$ 41.301,14	R\$ 79.913,19	R\$ 108.023,28	

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DE GOIÁS - CRMV
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO**

OBRA : PINTURA DA FACHADA NA SEDE ADMINISTRATIVA DO CRMV-GO
REFERÊNCIA:

LOCAL : Av. Universitária, Nº 2169, Qd 113-A, Lt. 7-E, Setor Leste Universitário - CEP 74610-100 - Goiânia - Goiás

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇO(R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1			SERVIÇOS INICIAIS				
1.1	Sinapi	98454	EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA	M2	9,00		0,00
1.2	Sinapi	103689	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	1,50		0,00
						SUBTOTAL ITEM 1	0,00
2			DEMOLIÇÕES				
2.1	SINAPI	104791	REMOÇÃO DE PINTURA EXISTENTE - TEXTURA/GRAFIATO	m2	705,21		0,00
2.2	SINAPI	106122	BOTA-FORA MANUAL (INCLUSO CAÇAMBA)	m3	44,76		0,00
						SUBTOTAL ITEM 2	0,00
3			SERVIÇOS DIVERSOS				
3.1	Sinapi	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME PARA FACHADA	mt	180,00		0,00
						SUBTOTAL ITEM 3	0,00
4			PINTURA EM FACHADA				
4.1	GOINFRA	67082	TRATAMENTO E LIMPEZA DE CONCRETO APARENTE 2 DEMÃOS (COM PINTURA DE CIMENTO CP32/CIMENTO BRANCO/POLÍMEROS ACRÍLICOS/ÁGUA - TRAÇO: 1 POLÍM.:6,6667 CP32: 3,3333 CIBRANCO - EM VOLUME) - INCLUSA A LAVAGEM COM JATO D'ÁGUA	m2	697,25		0,00
4.2	Sinapi	95624	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM SUPERFÍCIES EXTERNAS COR CONCRETO - 2 DEMÃOS - (tinta linha premium)	M2	697,25		0,00
4.3	GOINFRA	67058	PINTURA A BASE DE SILANO SILOXANO PARA PROTEÇÃO DE SUPERFÍCIES	m2	697,25		0,00
4.4	Sinapi	88416	PINTURA TEXTURIZADA FACHADA - (tinta linha premium)	m2	235,63		0,00
4.5	Sinapi	95624	PINTURA ACRÍLICA EM GRAFFIATO FACHADA - (tinta linha premium)	m2	559,15		0,00
4.6	Sinapi	88411	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS - (tinta linha premium)	m2	794,78		0,00
						SUBTOTAL ITEM 4	0,00
5			PROTEÇÃO DO PAISAGISMO E JANELAS				
5.1	Sinapi	97031	GUARDA-CORPO DE MADEIRA E FECHAMENTO EM TELA DE POLIPROPILENO	MT	50,91		0,00
5.2	Sinapi	42408	LONA PLÁSTICA FORTE COM 200 MICRA	M2	783,00		0,00
						SUBTOTAL ITEM 5	0,00
6			SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
6.1			ADMINISTRAÇÃO				
6.1.1	Sinapi	90776	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS	H	240,00		0,00
6.2			COMPLEMENTAÇÃO DE OBRA				
6.2.1	GOINFRA	270501	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	1.221,28		0,00
						SUBTOTAL ITEM 17	0,00
						SUBTOTAL:	0,00
						BDI :	0,00
						TOTAL:	R\$0,00

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS



Nº do contrato:
 Objeto: Pintura em fachada na sede administrativa do CRMV-GO
 Fiscal Técnico:
 Fiscal Administrativo:
 Mês de referência:

Finalidade:	Mensurar a qualidade do serviço de pintura de toda a fachada, incluindo materiais e mão de obra especializada.
Meta a cumprir:	A meta a ser atingida pelas empresas é de 100%, isto é, espera-se que a empresa obtenha o Fator de Qualidade = 100%
Instrumento de medição:	Avaliações periódicas executadas pelos fiscais técnico e administrativo do contrato.
Forma de acompanhamento:	Presencial pelo fiscal técnico e documental pelo fiscal administrativo.
Periodicidade:	A definir – Diária, semanal, quinzenal ou mensal
Mecanismo do cálculo (De acordo com a IN-05)	O cálculo será realizado por meio do registro de ocorrências. A soma mensal de ocorrências representará o índice de desconto, conforme a tabela da faixa de ajuste no pagamento (abaixo).
Início da vigência:	A contratata terá 1 (um) mês de carência para adequação, após o início dos serviços (no primeiro mês não haverá ajuste no pagamento, apenas notificação à empresa).
Faixas de ajuste no pagamento	I. De 85% a 100% de atendimento dos indicadores: O percentual pago será de 100% do valor dimensionado para o serviço mensal. II. De 75% a 84,99% de atendimento dos indicadores: Haverá desconto de 5% do valor dimensionado para o serviço mensal. III. Abaixo de 75% de atendimento dos indicadores: Haverá desconto de 10% do valor dimensionado para o serviço mensal. IV. Abaixo de 75%, além de realizar a glosa, a equipe de gestão e fiscalização avaliará o contrato e decidirá se encaminhará para a comissão de apuração de responsabilidade para possíveis aplicações de penalidades. No segundo mês consecutivo com resultado abaixo de 75%, é obrigatório o encaminhamento à comissão de apuração de responsabilidade para possíveis aplicações de penalidades. Após seis meses, consecutivos ou não, de resultados abaixo de 75%, deverá ser solicitada a instauração de processo de extinção contratual.
Sanções	Conforme definidas em contrato.
Observações	

INDICADORES

Os fiscais devem avaliar cada indicador, atribuindo pontos, conforme critérios estabelecidos.

BOM	Quando o item avaliado atende a todos os critérios de modo satisfatório.
REGULAR	Quando o item avaliado atende parcialmente aos critérios.
RUIM	Quando os serviços prestados se revelam insatisfatórios em relação aos critérios estipulados em contrato.
NÃO SE APLICA	O indicador será excluído da pontuação geral e não comporá a pontuação final.

INDICADOR 1 - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Item a ser verificado:	Descrição do Item	Bom (10 pontos)	Regular (5 pontos)	Ruim (2 ponto)	CONCEITO APLICADO PELO FISCAL	PONTUAÇÃO POR ITEM
EQUIPAMENTOS (Se a contratada disponibiliza equipamentos, máquinas e ferramentas adequados, em quantidade suficiente e em perfeitas condições de funcionamento para execução dos serviços de pintura em fachada, observando as normas técnicas e de segurança aplicáveis)	A contratada disponibiliza todos os equipamentos e ferramentas necessários, em perfeito estado de conservação e funcionamento, garantindo a execução eficiente e segura dos serviços, sem ocorrências de falhas.	A contratada disponibiliza os equipamentos e ferramentas necessários, porém com pequenas falhas de conservação, organização ou manutenção, sem comprometer significativamente a execução dos serviços, sendo as irregularidades corrigidas após orientação da fiscalização.	Os equipamentos não se encontram totalmente em conformidade com o contratado, faltando alguns deles. (Informar no campo de observações os equipamentos faltantes).	A contratada não disponibiliza equipamentos e ferramentas suficientes ou adequados, ou os mantém em condições inadequadas de uso, comprometendo a qualidade, segurança ou andamento dos serviços.	BOM	10,00 ponto(s)

MATERIAIS LINHA PREMIUM (Avaliar se os produtos estão na quantidade e na qualidade contratada).	Verificar se há disponibilidade de produtos de limpeza para a realização dos serviços.	Todos os produtos especificados no contrato e seus anexos estão disponíveis na autarquia para uso na realização da limpeza na quantidade e qualidade contratada.	Faltam alguns produtos dos especificados no contrato, não estando disponível na quantidade e qualidade Contratada para a realização da limpeza da autarquia.	Os produtos especificados no contrato, não se encontra disponível na autarquia para uso na realização da limpeza. Ou estão em desacordo com a quantidade e a qualidade contratada.	BOM	10,00 ponto(s)
PONTUAÇÃO TOTAL	20,0 ponto(s)	Indicar a soma de pontos constatados				

Observações do Indicador 1:

INDICADOR 2 - UNIFORME, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO

Item a ser verificado:	Descrição do Item	Bom (10 pontos)	Regular (5 pontos)	Ruim (2 ponto)	CONCEITO APLICADO	PONTUAÇÃO
UNIFORMES	Esse indicador refere-se à utilização do uniforme completo, juntamente com o crachá de identificação pelo funcionário responsável para desempenho dos serviços. Avaliar também a apresentação do uniforme e do crachá pelo funcionário.	A empresa disponibilizou os uniformes e crachá. Ambos estão adequados e disponíveis para uso na execução do serviço. O funcionário encontra-se com o uniforme limpo e o com o crachá de identificação.	O uniforme disponibilizado pela empresa não se encontra totalmente completo, ou falta crachá de identificação. Notificar a empresa sobre os itens faltantes. Ex.: uniforme, luvas, máscaras, calçados de segurança e outros). O funcionário não está usando o uniforme ou crachá disponibilizado	A empresa não disponibilizou o uniforme e o crachá para uso. Ou disponibilizou e o funcionário não está utilizando.	BOM	10,00 ponto(s)
Equipamento de proteção individual - (EPI)	Esse indicador refere-se à utilização de Equipamentos de proteção individual (EPI), em conformidade com o PGR e o PCMSO. E sobre a disponibilidade dos equipamentos por parte da contratada.	A empresa disponibilizou os EPIs. Ambos estão adequados e disponíveis para uso na execução do serviço. Os funcionários estão utilizando os equipamentos.	Os equipamentos disponibilizados pela empresa não se encontram totalmente completos para uso dos funcionários. Notificar a empresa sobre os itens faltantes. Os funcionários não estão utilizando todos os itens disponibilizados.	O EPI não se encontra disponível para uso dos funcionários. O EPI não está sendo utilizado pelos funcionários.	BOM	10,00 ponto(s)
Equipamento de proteção coletivo - EPC	Verificar se a contratada disponibiliza, instala e mantém adequadamente os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários à execução dos serviços de pintura em fachada, em conformidade com as normas de segurança do trabalho, incluindo isolamento da área, sinalização, guarda-corpo, linhas de vida, telas de proteção, andaimes adequados e demais dispositivos aplicáveis.	A contratada disponibiliza e mantém todos os EPCs necessários em perfeitas condições de uso, devidamente instalados, sinalizados e em conformidade com as normas de segurança, sem registro de irregularidades.	A contratada disponibiliza os EPCs necessários, porém apresenta pequenas falhas pontuais de instalação, sinalização, organização ou manutenção, corrigidas após orientação da fiscalização, sem comprometer significativamente a segurança.	A contratada não disponibiliza os EPCs necessários ou os mantém em condições inadequadas, com falhas graves de instalação, ausência de sinalização ou descumprimento das normas de segurança, colocando em risco os trabalhadores e terceiros.	BOM	10,00 ponto(s)
PONTUAÇÃO TOTAL	30,0 ponto(s)	Indicar a soma de pontos constatados				

TOTAL

Observações do Indicador 2:

INDICADOR 3 - CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES E DO CRONOGRAMA						
Item a ser verificado:	Descrição do Item	Bom (20 pontos)	Regular (10 pontos)	Ruim (5 ponto)	CONCEITO APLICADO	PONTUAÇÃO
Cumprimento das atividades e do cronograma de pintura	Esse indicador refere-se ao cumprimento das atividades de limpeza em geral. A frequência de limpeza deve ocorrer conforme estabelecido no contrato e no cronograma de limpeza.	O cumprimento das atividades estão de acordo com o estabelecido no contrato e no cronograma de limpeza.	O cumprimento das atividades está parcialmente de acordo com o estabelecido no contrato. Apresentando pequenas falhas. Detalhar no campo de observações.	O cumprimento das atividades não está de acordo com o estabelecido no contrato e no cronograma de limpeza.	BOM	20,00 ponto(s)
PONTUAÇÃO TOTAL	20,0 ponto(s)	Indicar a soma de pontos constatados				

Observações do Indicador 3:

INDICADOR 4 - TEMPO DE RESPOSTA PARA SOLICITAÇÕES						
Item a ser verificado:	Descrição do Item	Bom (15 pontos)	Regular (10 pontos)	Ruim (5 ponto)	CONCEITO APLICADO	PONTUAÇÃO
Tempo de resposta solicitações a contratante	O tempo máximo de resposta de solicitação a contratante para as observações contatadas pelos fiscais é de no máximo 02 dias.	Até 2 dias úteis.	De 3 a 4 dias úteis.	Acima de 5 dias úteis.	BOM	15,00 ponto(s)
Tempo de envio de documentação solicitada	O tempo máximo para envio de documentação solicitadas pelos fiscais é de no máximo 05 dias úteis.	Até 5 dias úteis.	Até 7 dias úteis.	Acima de 9 dias úteis.	BOM	15,00 ponto(s)
PONTUAÇÃO TOTAL	30,0 ponto(s)	Indicar a soma de pontos constatados				

Observações do Indicador 4: A empresa demora a enviar as documentações necessárias.

PONTUAÇÃO TOTAL GERAL DO INSTRUMENTO	100,0 ponto(s)
--------------------------------------	----------------

FORMA DE DIMENSIONAMENTO DOS PAGAMENTOS

FAIXA DE PONTUAÇÃO OBTIDA	PERCENTUAL DE DESCONTO
66,60 a 74 pontos	0%
59,20 a 66,59 pontos	5%
Abaixo de 59,20 pontos	10%

AFERIÇÃO DOS RESULTADOS

PERCENTUAL DE DESCONTO	0,00%
-------------------------------	--------------

OBS:

PERCENTUAL DE ATENDIMENTO CONTRATUAL	AÇÃO A SER TOMADA PELA EQUIPE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
135,14%	Encaminhar o IMR ao preposto designado pela empresa e solicitar atenção aos pontos avaliados como REGULAR ou RUIM, informar o valor que deve ser faturado e deliberar sobre a possibilidade de abertura de PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE. Se o resultado for mantido nesse patamar por seis meses, consecutivos ou não, deverá ser aberto processo de extinção contratual.

Goiânia, 18 de maio de 2026.

Nome:
FISCAL TÉCNICO
Portaria nº ___/___

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA-GO

Contrato 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	926391-CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA-GO	THAIS DE PAULA GALVAO	19/05/2026 13:33 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	14/2026	0130031.00000028/2026-23

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº 0130031.00000028/2026-23)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI O CRMV-GO E

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS, com sede na Av. Universitária, nº 2169, Qd. 113-A, Lt. 7-E, Setor Leste Universitário, na cidade de Goiânia /GO, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 01.665.769.0001-91, neste ato representado pelo seu presidente Méd. Vet. Presidente Rafael Costa Vieira, portador da Cédula de Identidade nº 3794595 SSP/GO e CPF nº 926.123.691-04, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a) **CONTRATADO**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 0130031.00000028/2026-23 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº **XX /XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para a prestação de serviço de pintura de toda a fachada, incluindo materiais (linha premium) e mão de obra especializada, a ser realizado na Sede do CRMV-GO, em Goiânia/GO, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência nº 8/2026.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1			SERVIÇOS INICIAIS				

1.1	Sinapi	98454	EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA	M2	9,00	0,00
1.2	Sinapi	103689	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	1,50	0,00
					SUBTOTAL ITEM 1	0,00
2	DEMOLIÇÕES					
2.1	SINAPI	104791	REMOÇÃO DE PINTURA EXISTENTE - TEXTURA /GRAFIATO	m2	705,21	0,00
2.2	SINAPI	106122	BOTA-FORA MANUAL (INCLUSO CAÇAMBA)	m3	44,76	0,00
					SUBTOTAL ITEM 2	0,00
3	SERVIÇOS DIVERSOS					
3.1	Sinapi	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME PARA FACHADA	mt	180,00	0,00

6	SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
6.1	ADMINISTRAÇÃO					
6.1.1	Sinapi	90776	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS	H	240,00	0,00
6.2	COMPLEMENTAÇÃO DE OBRA					
6.2.1	GOINFRA	270501	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	1.221,28	0,00
					SUBTOTAL ITEM 6	0,00
					SUBTOTAL:	0,00
					BDI :	0,00
					TOTAL:	R\$0,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **3 (três) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência nº 8/2026, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência nº 8/2026, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência nº 8/2026, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência nº 8/2026, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.36. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.37. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.38. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.39. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.40. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.41. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.42. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência nº 8/2026, em plena validade;
- 9.43. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.44. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.45. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.46. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 9.46.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- 9.46.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.46.3. florestas plantadas; e

9.46.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.47. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.47.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.47.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.47.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.47.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.48. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.48.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.48.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.48.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.48.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.48.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.48.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.49.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.50.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.50.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.51. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.52. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.53. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.54. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do item nº 4.14 Termo de Referência nº 8/2026.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência nº 8/2026, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás, na dotação abaixo discriminada:

I. Conta de despesa: 6.2.2.1.1.01.02.02.006.017 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis - PJ

II. Centro de custo: 2.01.01.01.001 - Atividades Administrativas - SEDE

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A1]

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária de Goiás para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Goiânia, ____ de maio de 2026

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THAIS DE PAULA GALVAO

Equipe de Planejamento da Contratação